

Relatório de Práticas – Prêmio Innovare

22ª Edição - 2025



**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
PROJETO EXPRESSO DH**

SUMÁRIO

Resumo.....	3
I. APRESENTAÇÃO	4
II. O CEAF COMO ESPAÇO DE INOVAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS	5
2.1. Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Desenvolvimento e Direitos Humanos na Amazônia (GEDHA/CEAF-MPPA/CNPq)	7
2.1.1 Artigos publicados sobre a experiência da prática	9
III. REDE E OBSERVATÓRIO DE DIREITOS HUMANOS	11
3.1 Termos de Cooperação vinculados ao Projeto Expresso DH (Rede de Direitos Humanos)	11
3.2 Observatório de Direitos Humanos (Projeto Expresso DH).....	13
3.2 Relatórios e Notas Técnicas GEDHA/OBSERVATÓRIO EXPRESSO DH	13
IV. CURSOS E EVENTOS	16
4.1 Curso de Especialização em Direitos Humanos	16
4.2 Eventos destaque (Temática: Direitos Humanos)	16
5. REFORMULAÇÃO E RENOVAÇÃO DO PROJETO EXPRESSO DH.....	26

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

PROJETO EXPRESSO DH

Autores da Prática:
José Edvaldo Pereira Sales¹
Ana Cláudia Bastos de Pinho²

Resumo: O Expresso Direitos Humanos (Expresso DH) é um projeto intersetorial elaborado e executado sob a coordenação do Diretor-Geral do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e da Coordenadora do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos (CAODH), do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA). Tem como objetivo aprofundar a temática dos direitos humanos a fim de responder a uma demanda constitucional. O Expresso DH foi autorizado, com um prazo de dezoito meses, pelo Procurador-Geral de Justiça, em 13 de setembro de 2021, e prorrogado por igual período, em 14 de abril de 2023. Atualmente, o projeto encontra-se em reformulação para o lançamento de sua segunda edição: Projeto Expresso DH 2ª Edição: Inovação e Tecnologias Emergentes. Como produtos estruturantes, o Expresso DH propõe a estruturação de uma Rede Estadual e um Observatório de Direitos Humanos. Para a concretização destes produtos, em 18 de novembro de 2021, por meio da

¹ Doutor em Direito, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará.

² Doutora em Direito, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará

Portaria nº4077/2021-MP/PGJ, foi criado o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Desenvolvimento e Direitos Humanos na Amazônia (GEDHA), vinculado à Diretoria de Pesquisas e Grupos de Estudos (DPGE/CEAF/MPPA). Em 2025, por meio da Portaria nº1639/2025-MP/PGJ, foi criado o Núcleo de Pesquisa em Questões Étnico-Raciais nas Amazonas Paraenses (NUPER), também vinculado à DPGE/CEAF/MPPA, que atuará para a concretização das atividades e dos produtos do projeto Expresso DH.

I. APRESENTAÇÃO

Diante da função constitucional do Ministério Público no acompanhamento das políticas públicas e na promoção da transformação social, sobretudo na efetivação do Estado Democrático de Direito, o Projeto Expresso Direitos Humanos (Expresso DH) tem potencializado o caráter estratégico do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, do Ministério Público do Estado do Pará (CEAF/MPPA). Destaca-se que as atribuições específicas do CEAF para a efetivação do Observatório e da Rede de Direitos Humanos, além da consolidação do mencionado projeto, trazem para o âmbito institucional a formalização da pesquisa acadêmica e científica.

Nesta perspectiva, a partir da temática dos Direitos Humanos, o CEAF, visando à consolidação da Pesquisa, Ensino e Extensão, por intermédio da Diretoria de Pesquisas e Grupos de Estudos (DPGE), via seu grupo permanente: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Desenvolvimento e Direitos Humanos na Amazônia (GEDHA/DPGE/CEAF/MPPA/CNPq), tem desenvolvido atividades nos campos da Ciência, Tecnologia e Inovação com a produção e a difusão do conhecimento que tenham por objetivo a consolidação dos produtos e metas do

Projeto Expresso DH, em destaque o Observatório de Direitos Humanos da Amazônia.

Destaca-se, ainda, que, observando as atribuições do Ministério Público; os objetivos instituídos pelo Planejamento Estratégico Institucional (PEI 2021-2029) e pelo Planejamento Estratégico Nacional (PEN 2020-2029); bem como, para o cumprimento da Agenda 2030, proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU), e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o GEDHA, tal como determina a Portaria nº 4077/2021-MP/PGJ1 , tem por atribuição o cumprimento da Agenda 2030, em destaque o ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes cujo objetivo é promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável e proporcionar o acesso à justiça em todos os níveis.

II. O CEAF COMO ESPAÇO DE INOVAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS

Por entender que as mudanças nas leis e na formação social, em seus mais diversos aspectos, implica transformações nas esferas políticas e econômicas, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) orienta a constante atualização na organização e atuação do MP, para que a instituição acompanhe as transformações do contexto social no qual está inserida. Dentro desta perspectiva, o Expresso DH, por meio da concretização do Observatório de Direitos Humanos, considerando as particularidades territoriais e o perfil socioeconômico das regiões do Estado do Pará, articula e combina as atribuições do CEAF e do CAODH, caracterizando-se enquanto uma inovação social no âmbito do MPPA.

Cabe destacar que, uma inovação social, de forma geral, é um conceito que serve para nomear a combinação de novas práticas, em determinadas áreas, num contexto social específico, com objetivo de responder às necessidades ou problemas sociais. Desta forma, trata-se de um termo que se

refere em grande medida, a atividades objetivando a promoção de mudanças sociais direcionadas ao fortalecimento da cidadania, da participação e do controle popular. Nesta mesma direção, uma tecnologia social define-se por um conjunto de práticas cujo propósito seja o de promover a inclusão social, nos mais diversos campos das políticas públicas: saúde, educação, meio ambiente etc. (MEDEIROS et. al, 2017).

Parte-se da compreensão de que a atuação do MPPA, além da efetivação das funções próprias do Ministério Público (MP) na concretização dos Direitos Fundamentais, em todas as suas dimensões, deve observar as diretrizes institucionais, como por exemplo, as recomendações e orientações do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Dentro destas perspectivas, o presente relatório tratará especificamente das atividades específicas do CEAF/MPPA, considerando suas atribuições, enquanto escola institucional, na concretização do Observatório e da Rede Estadual de Direitos Humanos.

O Projeto Expresso DH é uma tecnologia social potencializadora de uma atuação do MPPA eficiente frente à complexidade do processo de expansão econômica transnacional na Amazônia e suas características excludentes do padrão de desenvolvimento historicamente marcado por conflitos socioambientais. Assim, ao operacionalizar iniciativas de concretização de um Observatório e de uma Rede de Direitos Humanos, o CEAF revela-se como um espaço estratégico de inovação e de implantação de novas tecnologias sociais que, incluindo o cumprimento das recomendações da Comissão e as determinações da Corte Interamericana de Direitos Humanos, promove novas prática para a atuação do MPPA.

Nesta perspectiva, para promover um Estado Democrático de Direito é indispensável ao MPPA a excelência da atuação do CEAF no exercício de sistematização de informações para a compreensão da configuração sócio-histórica da região Amazônica, em geral, e do Estado do Pará, em particular. De

modo que, as atribuições da Diretoria de Pesquisas e Grupos de Estudos (DPGE) atribui ao CEAF uma dimensão estratégica indispensável ao planejamento e atuação institucional, sobretudo, porque além de produzir e difundir estudos e diagnósticos, pode apontar para atualizações necessárias a fim de que as demais unidades do MPPA trabalhem dentro da perspectiva de uma gestão estratégica promovendo resultados mais eficientes nos serviços prestados à sociedade.

2.1. Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Desenvolvimento e Direitos Humanos na Amazônia (GEDHA/CEAF-MPPA/CNPq)

As perspectivas de atuação do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Desenvolvimento e Direitos Humanos na Amazônia (GEDHA/DPGE/CEAF-MPPA/CNPq), fundamentam-se em três atribuições fundamentais dadas pela Portaria nº4077/2021-MP/PGJ, de criação do Grupo. A primeira atribuição é a de auxiliar o CEAF/MPPA na efetivação da Recomendação CN-CNMP nº 2, de 4 de julho de 2017, que estabelece a estruturação e a atuação das Escolas Institucionais do Ministério Público brasileiro e fixa orientações para a interação entre as Escolas, os Centros de Apoio, Câmaras de Coordenação e Revisão, o Conselho Superior e as Corregedorias do Ministério Público, notadamente quanto ao alinhamento ao planejamento estratégico institucional.

A segunda atribuição, centra-se em contribuir no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Cabe destacar que, a Agenda 2030 trata-se de um plano global para o período de 2016-2030, que se apoiam em quatro elementos e quatro dimensões essenciais e inter-relacionadas: 1) Pessoas [dimensão social]; 2) Planeta [dimensão ambiental]; 3) Prosperidade [dimensão econômica]; 4) Paz e Parcerias [dimensão política e institucional]. O

propósito da Agenda 2030 é o de “assegurar a dignidade humana, igualdade, proteção ambiental, economias saudáveis e liberdade de escolhas das pessoas” (Barbieri, 2020, p. 131).

A terceira atribuição do GEDHA/CEAF/MPPA é a de auxiliar na operacionalização do Observatório e da Rede de Direitos Humanos (Projeto Expresso DH). Destaca-se que o Projeto Expresso DH é coordenado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF-MPPA) e pelo Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos (CAODH/MPPA). O objetivo geral do Projeto Expresso DH é o de aprofundar a temática dos Direitos Humanos, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, a fim de responder a uma demanda constitucional.

Em relação a Rede de Direitos Humanos, cabe informar que ela tem sido constituída a partir de Termos e Acordos de Cooperação Técnico-Científicos nos quais as instituições parceiras aderem ao Projeto Expresso DH e os planos de trabalho vinculados aos Termos/Acordos objetivam entregar produtos (eventos, pesquisas, publicações, relatórios etc.) efetivação da concretização do Observatório de Direitos Humanos. Sobre o Observatório, destaca-se que seu objetivo geral é o de identificar e acompanhar os casos de violações dos Direitos Humanos, a situação do acesso à justiça e aos direitos fundamentais.

Por último, destaca-se a contribuição da produção do conhecimento no âmbito do CEAF para o cumprimento do Planejamento Estratégico Institucional. Sobretudo, porque é uma atribuição das Escolas Institucionais desempenhar um papel estratégico na dinâmica institucional. Neste sentido, é importante que construa e implemente instrumentos de formalização de Ensino, Pesquisa e Extensão, sendo fundamental a estipulação de diretrizes para a elaboração e execução de projetos de pesquisa aplicadas, direcionadas ao aprimoramento institucional (Recomendação CN-CNMP nº02/2017).

É fundamental que se reconheça a essencialidade das atividades e o caráter estratégico do CEAF no âmbito institucional e sua relevância para o fomento, o desenvolvimento e a promoção de tecnologias e inovação. Neste

sentido, a Recomendação CN-CNMP nº02/2017 reforça o alinhamento entre os instrumentos e normativas das Escolas Institucionais ao planejamento estratégico. Diante disto, observando o expediente referente a 1ª Revisão do Planejamento Estratégico Institucional 2021-2029, especificamente os objetivos:

3. Assegurar maior efetividade à atividade extrajudicial e judicial resguardando os direitos e garantias das partes e/ou envolvidos;
4. Estimular e promover a autocomposição e a indução de políticas públicas;
5. Fortalecer o diálogo com a sociedade e a imagem institucional;
6. Fomentar práticas de governança e gestão orientada para resultados; e,
9. Promover soluções tecnológicas integradas e inovadoras.

Diante destas questões, para o Plano de Trabalho 2025, o GEDHA propõe como diretrizes norteadoras a produção do conhecimento no âmbito do MP brasileiro devidamente alinhada aos instrumentos de planejamento institucional, com foco nas atividades de consolidação do Observatório de Direitos Humanos (Projeto Expresso DH). Neste sentido, o Plano de Trabalho do GEDHA alinha-se ao Planejamento Estratégico Institucional – PEI 2021-2029 1ª Revisão (2025), objetivo estratégico 8. Promover a gestão de pessoas. Programa 4 MPPA: Aprimoramento e inovação na gestão de pessoas. Ação 095 – MPPA: Fomentar a criação de projetos de pesquisas aplicadas e atividades de extensão relacionadas ao MP.

2.1.1 Artigos publicados sobre a experiência da prática

- **O ministério público como instituição de transformação social:
Expresso Direitos Humanos e a questão da Amazônia**

Resumo: O artigo trata da atuação do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) no campo de novas tecnologias sociais para a garantia dos Direitos Fundamentais. Tem como objeto de análise o Projeto Expresso Direitos Humanos (EXPRESSO DH) e seus desdobramentos nas atividades do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos (CAODH) do MPPA.

Os argumentos buscam evidenciar os avanços no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MPPA, bem como, as perspectivas de inovação social trazidas pelo Expresso DH para superar os desafios que envolvem a atuação institucional para o cumprimento das demandas constitucionais no contexto socioeconômico específico da Amazônia. A premissa defendida é a de que o desenvolvimento econômico somente poderá ser considerado sustentável se estiver comprometido com a sustentabilidade social – que inclui a promoção da dignidade humana, a igualdade no acesso à justiça, o respeito ao regime democrático, a participação e o controle social no processo de elaboração, execução e avaliação das Políticas Públicas. Concluindo que a transformação social é por definição a construção do bem comum. Transformação que somente poderá ser alcançada pela/na garantia dos direitos humanos.

Palavras-chave: Direitos Fundamentais; Tecnologia Social; Planejamento Estratégico; Ministério Público.

Referência: IKEDA. JCO. O ministério público como instituição de transformação social: Expresso Direitos Humanos e a questão da Amazônia. In: PARA. Ministério Público. Centro de Aperfeiçoamento Funcional. **Ministério Público e novas tecnologias:** avanços desafios e perspectivas. MPPA, Belém; CNMP, Brasília, 2023. Disponível em: <<https://www.cnmp.mp.br/portal/todas-as-noticias/16232-unidade-nacional-de-capacitacao-do-ministerio-publico-lanca-e-book-que-trata-da-atuacao-do-mp-frente-a-novas-tecnologias>>. Acesso: 30 jun. 2025.

➤ **Relato de experiências: a produção do GEDHA/CEAF-MPPA/CNPq e o Observatório de Direitos Humanos (Projeto Expresso DH)**

Resumo: O artigo traz um relato de experiências a partir da produção do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Desenvolvimento e Direitos Humanos na Amazônia (GEDHA/CEAF-MPPA/CNPq), vinculado ao Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA). Para isso, elegeu como ponto de partida as produções do GEDHA, na concretização do Observatório de Direitos Humanos do Projeto Expresso DH,¹ em execução no âmbito MPPA. Organiza-se da seguinte forma: i) trata do GEDHA, como tecnologia e inovação social no âmbito do MPPA; ii) caracteriza algumas das dimensões do Projeto Expresso DH. Ao final, iii) esboça uma reflexão sobre a produção do conhecimento no âmbito do MP.

Palavras-chave: Amazônia paraense. Direitos humanos. GEDHA. Ministério Público.

Referência: IKEDA. JCO. Relato de experiências: a produção do GEDHA/CEAF-MPPA/CNPq e o Observatório de Direitos Humanos (Projeto Expresso DH). In: **Revista do Ministério Público Brasileiro (RMPB)**. Belo Horizonte, ano 01, nº02, p. 159-178, jul./dez. 2024.

III. REDE E OBSERVATÓRIO DE DIREITOS HUMANOS

3.1 Termos de Cooperação vinculados ao Projeto Expresso DH (Rede de Direitos Humanos)

- **Termo de Cooperação nº017/2021 – MPPA & PPGD/UFGA.** Objeto: O presente Termo tem por objeto a cooperação técnico-científica com vistas a viabilização dos projetos, atividades voltadas para pesquisa, participação em eventos, bem como cursos de aperfeiçoamento, da Universidade Federal do Pará (UFGA) por intermédio do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD), nas áreas de interesse dos participantes.
- **Acordo de Cooperação nº002/2022 – MPPA & UNIFESSPA.** Publicado no Diário Oficial nº35.138, em 03 de outubro de 2022. Objeto: estabelecer programas de cooperação técnica, científica, acadêmica e cultural, para o desenvolvimento de ações de caráter de ensino, pesquisa, extensão, e prestação de serviços em áreas de mútuo interesse, bem como a conjugação de esforços técnicos no sentido de trocar informações técnicas e de desenvolver projetos, estudos, serviços e pareceres técnicos de forma integrada, de acordo com a natureza e os objetivos formais das instituições signatárias, incluindo a realização de eventos, a publicação conjunta de materiais informativos e a promoção de ações de preservação e valorização da Cidadania, dos Direitos Humanos e do Patrimônio Cultural e Ambiental do Estado do Pará.
- **Termo de Cooperação Técnica nº 32023 – MPPA & MPMA:** Objeto: A cooperação técnico-científica, com vistas ao desenvolvimento de atividades acadêmicas e científicas, cursos, seminários, congressos,

simpósios, pesquisas, estudos e publicações, nas áreas de interesse dos partícipes. Formalização da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão ao Projeto Expresso DH.

- **1º Termo Aditivo ao Termo de Cooperação nº022/2022 – MPPA & MPAP:** Objetivo: O presente termo aditivo tem por objetivo a Cooperação Técnica entre o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) e o Ministério Público do Estado do Amapá (MPAP), com vistas ao intercâmbio de experiências, informações e tecnologias, visando a consolidação do Observatório Expresso Direitos Humanos (EXPRESSO DH), para fomento e a implantação de práticas dos diferentes campos da Ciência, Tecnologia e Inovação, que tenham por objetivo o aperfeiçoamento, formação e qualificação de Membros, Servidores e Estagiários do Ministério Público, com desdobramentos positivos na atuação frente às matérias de atribuição do Órgão Ministerial. As ações poderão ser conjuntas ou de apoio mútuo na e para a realização de atividades acadêmicas, científicas, cursos, seminários, congressos, fóruns, pesquisas, estudos e publicações, nas áreas de interesse dos partícipes. Formalização do MPAP ao Projeto Expresso DH.

- **Termo de Cooperação Técnica nº024/2024 – MPPA & PCPA:** O presente termo de Cooperação Técnica tem por objetivo a cooperação técnico-científica, com vistas ao desenvolvimento de atividades acadêmicas e científicas, cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, estudos e publicações, nas áreas de interesse dos partícipes, com foco nas atividades, funções e atribuições específicas da Polícia Judiciária e do Ministério Público do Estado do Pará. Formalização da adesão da Academia de Polícia Civil do Estado do Pará ao Projeto Expresso DH.

3.2 Observatório de Direitos Humanos (Projeto Expresso DH)

O Observatório de Direitos Humanos Expresso DH possui uma página no site do MPPA, para acessar use o QR code ao lado:



O Objetivo Geral do Observatório:
Identificar e acompanhar os casos de violações Direitos Humanos, a situação de acesso à justiça e aos direitos fundamentais na Amazônia.

dos

Objetivos Específicos:

- Auxiliar no cumprimento das funções constitucionais do MP;
- Auxiliar no acompanhamento das Políticas Públicas na Amazônia;
- Auxiliar o desenvolvimento regional com sustentabilidade social e ambiental.

3.2 Relatórios e Notas Técnicas GEDHA/OBSERVATÓRIO EXPRESSO DH

Produto nº01: Relatório nº001/2023-GEDHA/DPGE/CEAF-MPPA		
Identificação do Objeto	Referência	Origem da Demanda
Assunto: Questão agrária e atuação do MPPA: uma análise preliminar a partir de casos na região sul e sudeste do Estado do Pará.	Projeto Expresso DH – Observatório de Direitos Humanos Recomendação CNMP nº96, de 28 de fevereiro de 2023. Recomenda aos ramos e às unidades do Ministério Público a observância dos tratados, convenções e protocolos internacionais de direitos humanos, das recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos; e dá outras providências.	CAODH

Resumo: Tem como objetivo apresentar um diagnóstico preliminar sobre a questão agrária e a atuação do Ministério Público. Busca trazer um breve histórico sobre a distribuição desigual de terras e sua relação com a violência estrutural nos conflitos ocorridos no campo, no Estado do Pará. Para isso, tem como referência os casos de violações dos direitos e o assassinato de trabalhadores rurais, sindicalistas e defensores dos direitos humanos, ocorridos na região sul e sudeste do Pará, que estão sendo acompanhados pela Comissão e pela Corte Internacional de Direitos Humanos. Por fim, apresenta a atuação do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) relacionada à questão agrária e fundiária, tendo como foco a atuação do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos (CAODH) e a do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), especificamente na execução do Projeto Intersetorial: Expresso Direitos Humanos (Expresso DH).

Disponível em: <<https://www.mppa.mp.br/areas/atuacao/gedha/gedha-grupo-de-estudos-e-pesquisas.htm>>.

Produto nº02: Relatório de Atividades do GEDHA/DPGE/CEAF/CNPq: Observatório e Rede de Direitos Humanos (2021-2023)

Identificação do Objeto	Referência	Origem da Demanda
Relatório de Atividades do GEDHA/DPGE/CEAF/ CNPq: Observatório e Rede de Direitos Humanos da Amazônia – Projeto Expresso Direitos Humanos (2021-2023)	Relatório de atividades, relacionado ao Projeto Expresso Direitos Humanos (Expresso DH), do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Desenvolvimento e Direitos Humanos na Amazônia (GEDHA/DPGE/CEAF/CNPq) apresentado ao Diretor-Geral do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF/ MPPA), e à Coordenadora do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos (CAODH/ MPPA).	CEAF CAODH

Resumo: O Expresso Direitos Humanos (Expresso DH) é um projeto intersetorial elaborado e executado sob a coordenação do Diretor-Geral do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e da Coordenadora do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos (CAODH), do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA). Tem como objetivo aprofundar a temática dos direitos humanos, no âmbito do MPPA, a fim de responder a uma demanda constitucional. O Expresso DH foi autorizado, com um prazo de duração de dezoito meses, pelo Procurador-Geral de Justiça, Dr. Cesar Bechara Nader Mattar Junior, em 13.9.2021 (GEDOC 124776/2021), e prorrogado por igual período, em 14.4.2023 (GEDOC 3841/2023). Como produtos, o Expresso DH propõe a criação de uma rede estadual e um observatório de direitos humanos. Para a concretização destes produtos, em 18.11.2021, por meio da Portaria nº 4077/2021-MP/PGJ, foi criado o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Desenvolvimento e Direitos Humanos na Amazônia (GEDHA), vinculado à Diretoria de Pesquisas e Grupos de Estudos (DPGE) do CEAF/MPPA. Desta forma, o presente relatório de atividades tem por objetivo relatar as atividades desenvolvidas pelo GEDHA direcionadas à concretização do Observatório e da Rede Estadual de Direitos Humanos.

Disponível em: <<https://www.mppa.mp.br/areas/atuacao/gedha/gedha-grupo-de-estudos-e-pesquisas.htm>>.

Produto nº03: Nota Técnica nº001/2023 – GEDHA/DPGE/CEAF/MPPA

Identificação do Objeto	Referência	Origem da Demanda
Assunto: Estupro e Estupro de Vulnerável – uma análise preliminar dos casos ocorridos no Estado do Pará (2018- 2022), a partir de uma abordagem sociojurídica de gênero.	Projeto Expresso DH: Observatório de Direitos Humanos. Nota Técnica vinculada ao Termo de Cooperação nº 002/2022 – MPPA/UNIFESSPA. Plano de Trabalho: Violência contra vulneráveis e desenvolvimento regional no Pará: mapeando problema e mensurando os impactos. Recomendação CN-CNMP nº 02, de 22.3.2023, que traz para o âmbito do Ministério Público brasileiro a adoção de medidas destinadas a assegurar a atuação da instituição ministerial com perspectivas de gênero voltada a modificar práticas jurídicas ou consuetudinárias que respaldem a persistência e a tolerância da violência contra a mulher.	CEAF

Resumo: Tem como base referencial a Recomendação CN-CNMP nº 02, de 22.3.2022, da Corregedoria Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público, que trouxe para o âmbito do Ministério Público brasileiro a adoção de medidas destinadas a assegurar a atuação da instituição ministerial com perspectiva de gênero voltada a modificar práticas jurídicas ou consuetudinárias que respaldem a persistência e a tolerância da violência contra a mulher. Traz como principal fonte de dados os registros de estupro e estupro de vulneráveis, dentro do período entre 2018-2022, do Banco de Dados Consolidados da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC) fornecido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará (SEGUP/PA). O objetivo é identificar o perfil das vítimas e de agressores dos crimes ocorridos no Estado do Pará. Ao final, considerando que os dados coletados indicam que, majoritariamente, as vítimas de estupro

são meninas menores de 14, constrói-se uma reflexão acerca das atuais manifestações do Poder Judiciário brasileiro, em relação aos crimes de estupro de vulnerável a partir de uma abordagem sociojurídica de gênero, bem como esboça algumas sugestões para um melhor diagnóstico do fenômeno social.

Disponível em: <<https://www.mppa.mp.br/areas/atuacao/gedha/gedha-grupo-de-estudos-e-pesquisas.htm>>.

Produto nº04: Relatório Técnico nº 001/2024 – GEDHA/DPGE/CEAF-MP/PA

Identificação do Objeto	Referência	Origem da Demanda
Assunto: Análise jurídico-sociológica de contextualização da implantação da Estação de Tratamento de Esgoto ETE Pioneiro, pelo Poder Público Municipal, em área reivindicada por população tradicional – Território Quilombola Sítio Conceição, em Barcarena/PA.	Projeto Expresso DH – Observatório de Direitos Humanos Resolução CNMP nº 230, de 8.6.2021, que disciplina a atuação do Ministério Público brasileiro junto aos povos e comunidades tradicionais.	Promotoria de Justiça Agrária de Castanhal (1ª Região Agrária do Estado do Pará). Núcleo de Questões Agrárias e Fundiárias (NAF); Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial (NIERAC)/CAODH.

Resumo: O Observatório de Direitos Humanos (Expresso DH) tem por objetivo geral identificar e acompanhar casos de violações de direitos humanos, a situação do acesso à justiça e aos direitos fundamentais na Amazônia. Nesta perspectiva, o presente relatório técnico traz uma análise jurídico-sociológica de contextualização da implantação da Estação de Tratamento de Esgoto ETE Pioneiro, pelo Poder Público Municipal, em área reivindicada por população tradicional – Território Quilombola Sítio Conceição, em Barcarena/PA. Nesta perspectiva, o presente relatório técnico tem como base orientadora a função institucional do MP, dada pelo art. 129 da Constituição Federal de 1988, como agente de transformação e inclusão social; fiscalizador da Administração Pública; e seu papel no regime jurídico constitucional e administrativo das políticas públicas. Ao final, propõe possíveis medidas de reparação de direitos violados e promoção do acesso à justiça.

Disponível em: <<https://www.mppa.mp.br/areas/atuacao/gedha/gedha-grupo-de-estudos-e-pesquisas.htm>>.

Produto nº05: Relatório Técnico nº 002/2024 – GEDHA/DPGE/CEAF-MP/PA

Identificação do Objeto	Referência	Origem da Demanda
Assunto: Análise jurídico-sociológica de acompanhamento da implementação de políticas públicas na Aldeia Kanaí (Kanaí) Atikum, localizada no município de Canaã dos Carajás/PA – Em processo de reinvidicação fundiária indígena junto à Funai, nº 08620.000169/ 2019-92.	Projeto Expresso DH – Observatório de Direitos Humanos Resolução CNMP nº 230, de 8.6.2021, que disciplina a atuação do Ministério Público brasileiro junto aos povos e comunidades tradicionais.	Promotoria de Justiça Agrária de Marabá (3ª Região Agrária do Estado do Pará). Núcleo de Questões Agrárias e Fundiárias (NAF); Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial (NIERAC)/CAODH.

Resumo: O Observatório de Direitos Humanos (Expresso DH) tem por objetivo geral identificar e acompanhar casos de violações de direitos humanos, a situação do acesso à justiça e aos direitos fundamentais na Amazônia. Nesta perspectiva, o presente relatório técnico apresenta-se como um recurso do Observatório, como tecnologia social, direcionada ao cumprimento da missão constitucional do Ministério Público (MP), orientando-se a partir do Planejamento Estratégico Institucional (PEI). Ao final esboça uma breve manifestação com recomendações para a atuação do MPPA junto à Aldeia Kanaí no contexto de elaboração e execução do Projeto Abrace os Atikum, numa perspectiva orientada para resultados de relevância social.

Disponível em: <<https://www.mppa.mp.br/areas/atuacao/gedha/gedha-grupo-de-estudos-e-pesquisas.htm>>.

Produto nº06: Relatório Técnico nº 001/2025 – GEDHA/DPGE/CEAF-MP/PA

Identificação do Objeto	Referência	Origem da Demanda
Assunto: Análise jurídico-sociológica dos conflitos socioterritoriais e ambientais existentes na região do Vale do Jari (Amapá/Pará).	Projeto Expresso DH – Observatório de Direitos Humanos Relatório vinculado ao 1º Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnico-Científico nº022/2022-MPPA/MPAP. Objeto e fundamentação: visa o compartilhamento, transferência e trocas de tecnologias, por meio da adesão por parte do	CEAF; NAF.

	Ministério Público do Estado do Amapá ao Projeto Expresso DH.	
Resumo: O Observatório de Direitos Humanos (Expresso DH), tem por objetivo geral identificar e acompanhar casos de violações de direitos humanos, a situação do acesso à justiça e aos direitos fundamentais na Amazônia. Nesta perspectiva, ao GEDHA foi designada a tarefa de elaborar um diagnóstico preliminar a respeito das dimensões dos conflitos socioterritoriais e ambientais recorrentes na região do Vale do Jari (fronteira entre os estados do Amapá e do Pará). Ao final traz um roteiro com propostas de atividades visando o cumprimento do plano de trabalho vinculado ao 1º Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnico-Científica nº022/2022-MPPA/MPAP. Disponível em: <https://www.mppa.mp.br/noticias/politicas-publicas-e-conflitos-socioterritoriais-no-vale-do-jari-sao-temas-de-seminario-do-mppa-em-parceria-com-o-mpap.htm>.		

IV. CURSOS E EVENTOS

4.1 Curso de Especialização em Direitos Humanos

Ano	Período de realização	Instituição realizadora	Contrato	Número de inscritos	Número de concluintes
2022-2024	2022-2024	PPGD/UFGA	048/2022	42	40

4.2 Eventos destaque (Temática: Direitos Humanos)

Ano	Local/Data de realização	Título	Objetivos do Evento	Parcerias	Número de inscritos
2021	Belém, 15/10/2021	Conferência Internacional do MPPA: “A longa História dos Direitos Humanos”³ Obs.: Evento de lançamento do Projeto Expresso DH	Objetivo Geral: aprofundar a temática dos Direitos Humanos, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, a fim de responder a uma demanda constitucional. Objetivos específicos: - Conhecer os fundamentos históricos dos Direitos Humanos; - Discutir e aprofundar temáticas dos Direitos Humanos, enquanto um Direito Fundamental constitucionalmente garantido;	CEAF; CAODH; PPGD/UFGA	178

³ Evento com transmissão e disponível no Canal do MPPA:
<<https://www.youtube.com/watch?v=BUaZScbHgk&list=PLup7oYimKnOtCGD2aMsB2SOuLulUEmkUk&index=13>>.

Ano	Local/Data de realização	Título	Objetivos do Evento	Parcerias	Número de inscritos
			-Debater a questão dos Direitos Humanos no contexto da Amazônia		
2021	Santarém, 08/10/2021	“Ministério Público: compromisso com a dignidade da população negra e indígena e acesso à justiça”	Objetivo Geral: capacitar servidores e estagiários da Promotoria de Justiça de Santarém, na temática sobre questões étnico-raciais, conforme a Recomendação nº40/2016, de 9 de agosto de 2016, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Objetivos Específicos: - Introduzir e aprofundar questões relativas à demanda de atendimento aos povos tradicionais existentes na região.	CEAF; CAODH; Promotoria de Justiça de Santarém/PA	40
2021	Breves, 03/11/2021	Políticas Públicas voltadas à população LGBTQIA+	Objetivo geral: Combater discriminações e violências motivadas por LGBTfobia Objetivos Específicos: - Conscientização da temática dos direitos humanos; - Difundir a cultura de respeito a diversidade sexual e de gênero; - Divulgar as políticas públicas de atendimento à população LGBTQIA+ já existentes.	CEAF; CAODH; Promotoria de Justiça de Breves.	30
2021	Santarém, 22/11/2021	Arte como ferramenta de resistência: manifestações artísticas de mulheres indígenas e quilombolas da Amazônia	Objetivo Geral: Construir estratégias para o desencadeamento de políticas de promoção de igualdade racial nas mais diversas áreas, tais como educação, cultura e liberdade de consciência. Objetivos específicos: - Promover a discussão sobre temáticas relativas à discriminação étnico-racial; - Construir estratégias de enfrentamento ao processo de discriminação e racismo; - Apoiar campanhas que promovam a conscientização sobre os efeitos pessoais e sociais negativos da violência étnico-racial.	CEAF; NIERAC/CAODH	81
2021	Marabá, 09/12/2021	Seminário Violações dos Direitos Humanos na Amazônia Paraense: homenagem aos garimpeiros mortos no dia 29 de dezembro de 1987, na ponte do Rio Tocantins. Lançamento do GEDHA/CEAF.	Objetivo Geral: Aprofundar o conhecimento dos movimentos sociais e estreitar as relações com esses movimentos, nos termos da Recomendação nº61, de 25 de julho de 2017, do CNMP, estabelecendo diálogos, no contexto de aniversário de morte dos trabalhadores garimpeiros de Serra Pelada no dia 29 de dezembro de 1987. Objetivos específicos:	Realizado em parceria do MPPA com a UFPA; UNIFESSPA; e movimento sociais.	56

Ano	Local/Data de realização	Título	Objetivos do Evento	Parcerias	Número de inscritos
			I. Promover o debate e ações de fortalecimento dos Direitos Humanos no âmbito do MPPA; II. Estabelecer conexões entre o MPPA, a Universidade e os Movimentos Sociais; III. Promover uma cultura em defesa dos Direitos Humanos interna e externamente ao MP.		
2022	Belém, 09/03/2022	Fala de mulheres: diversidade, desenvolvimento e política Obs.: Evento que integrou a AgendaM/2022, que consistiu numa série de programações desenvolvidas pelo CEAF e pelo CAODH, no contexto do Projeto Expresso DH.	- Democratizar o espaço de fala a partir da mulher; - Debater de modo amplo, embora nos limites do evento, temáticas relacionadas à mulher; - Discutir os grupos minorizados como a mulher negra, a mulher indígena e a mulher trans; - Contextualizar e denunciar a violência política contra a mulher nas eleições 2022.	CEAF; NÚCLEO MULHER/CAODH; CAOCPC/NÚCLEO ELEITORAL	55
2022	Belém, 15/03/2022	Estratégias de autoproteção feminina Obs.: Evento que integrou a AgendaM/2022, que consistiu numa série de programações desenvolvidas pelo CEAF e pelo CAODH, no contexto do Projeto Expresso DH.	Fomentar nas mulheres uma mentalidade de atenção e atitudes de autoproteção Ensinar posturas que aumentam a segurança feminina	CEAF; CAODH; Gabinete Militar/MPPA	19
2022	Belém, 21/03/2022	Arquétipos femininos Obs.: Evento que integrou a AgendaM/2022, que consistiu numa série de programações desenvolvidas pelo CEAF e pelo CAODH, no contexto do Projeto Expresso DH.	O objetivo desta abordagem é apresentar uma visão filosófica sobre as características da Mulher, em seus múltiplos papéis desempenhados na vida, à luz dos modelos (ou arquétipos) evidenciados em muitas mitologias (na presente abordagem, focaremos nas mitologias grega e romana, que estão muito relacionadas entre si).	CEAF; NÚCLEO MULHER/CAODH	35
2022	Belém, 24/03/2022	1º Seminário do Ministério Público do Pará: o papel das Políticas Afirmativas para a diversidade no Estado Democrático de Direito	Objetivo Geral: Tratar do papel de importância das políticas públicas afirmativas para a efetivação do Estado Democrático de Direito Objetivos Específicos: - Promover o debate sobre o papel das políticas públicas afirmativas no âmbito do MPPA; - Favorecer a promoção de medidas reparadoras de enfrentamento ao racismo sistêmico e institucional; - Fomentar novas políticas de tratamento e garantia dos direitos fundamentais e direitos humanos.	CEAF; NIERAC/CAODH.	115
2022	Belém, 25/03/2022	Roda de Conversa mulher, finanças e empreendedorismo Obs.: Evento que integrou a AgendaM/2022, que	Promover conhecimento e conteúdo de informação específica sobre a temática no meio feminino.	CEAF; CAODH	23

Ano	Local/Data de realização	Título	Objetivos do Evento	Parcerias	Número de inscritos
		consistiu numa série de programações desenvolvidas pelo CEAF e pelo CAODH, no contexto do Projeto Expresso DH.			
2022	Oriximiná, 31/03.2022	I Fórum de Mulheres do Baixo Amazonas: tudo nelas é de se amar Obs.: Evento que integrou a AgendaM/2022, que consistiu numa série de programações desenvolvidas pelo CEAF e pelo CAODH, no contexto do Projeto Expresso DH.	Objetivo Geral: Tratar dos direitos fundamentais das mulheres e as políticas públicas para o desenvolvimento da saúde, economia, assistência social, participação política das mulheres e defesa contra crimes, especialmente feminicídios. Objetivos Específicos: - Promover o debate sobre o papel das políticas públicas com relação a mulheres no âmbito do MPPA; - Favorecer a promoção de medidas reparadoras de enfrentamento ao crime que tem vítimas mulheres; - Fomentar novas políticas de tratamento e garantia dos direitos fundamentais e direitos humanos para mulheres na região do Baixo Amazonas.	CEAF; NIERAC/CAODH; Movimento de Mulheres de Oriximiná/PA	100 (convites)
2022	Oriximiná, Aldeia Mapuera, 01/04/2022	Roda de Conversa sobre violência doméstica e rede de proteção Obs.: Evento que integrou a AgendaM/2022, que consistiu numa série de programações desenvolvidas pelo CEAF e pelo CAODH, no contexto do Projeto Expresso DH.	Objetivo Geral: Tratar dos direitos fundamentais das mulheres da defesa contra crimes, especialmente feminicídios e a divulgação da rede de proteção das vítimas de violência familiar. Objetivos Específicos: - Promover a escuta das mulheres indígenas sobre violência sofridas; - Favorecer a promoção de medidas reparadoras de enfrentamento ao crime que tem vítimas mulheres indígenas; - Fomentar novas políticas de tratamento e garantia dos direitos fundamentais e direitos humanos para mulheres indígenas de Oriximiná.	CEAF; NÚCLEO MULHER E NIERAC/CAODH; Movimento de Mulheres de Oriximiná/PA	Sem certificação
2022	Marabá, 18/05/2022	Seminário do Programa Educação para a Diversidade 2º Seminário do Ministério Público do Pará: o papel das Políticas Afirmativas para a diversidade no Estado Democrático de Direito	Objetivo Geral: Tratar do papel de importância das políticas públicas afirmativas para a efetivação do Estado Democrático de Direito Objetivos Específicos: - Promover o debate sobre o papel das políticas públicas afirmativas no âmbito do MPPA; - Favorecer a promoção de medidas reparadoras de enfrentamento ao racismo sistêmico e institucional;	CEAF; GEDHA/DPGE/CEAF; NIERAC/CAODH; UNIFESSPA.	111

Ano	Local/Data de realização	Título	Objetivos do Evento	Parcerias	Número de inscritos
			- Fomentar novas políticas de tratamento e garantia dos direitos fundamentais e direitos humanos.		
2022	Belém, 20/05/2022	Oficina: O Ministério Público Estadual no atendimento humanitário a refugiados	Capacitar os promotores e promotoras de Justiça para atuar nas questões humanitárias envolvendo refugiados, sobretudo os indígenas venezuelanos da etnia WARAO.	CEAF; CAODH	73
2022	Belém, 26 e 27/05/2022	Seminário Segurança Pública e Populações Negras	Objetivo Geral: Fomentar o debate sobre Segurança Pública e Direitos Humanos tendo como foco as populações negras do Estado do Pará. Objetivos Específicos: - Avançar na defesa de direitos humanos; - Construir reflexões sobre violência, segurança pública e direitos humanos; - Combater a discriminação étnico-racial no Estado do Pará.	CEAF; NIERAC/CAODH; CEDENPA	55
2022	Xinguara, 28/06/2022	Violação dos Direitos Humanos e Quatro Décadas de Escravidão por Dívida no Sudeste Paraense	Objetivo Geral: Aprofundar a temática dos Direitos Humanos, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, a fim de responder uma demanda constitucional. Objetivos Específicos: - Promover a difusão de conhecimento na temática dos Direitos Humanos; Promover o debate sobre situações de trabalho escravo; - Tratar da violência contra defensores de Direitos Humanos.	CEAF; PROFHISTÓRIA/ UNIFESSPA; FCH; CPT.	Participação do MPPA apenas na mesa diretiva Sem certificação
2022	Marabá, 30/06/2022	Escravidão Contemporânea e violação dos Direitos Humanos na Amazônia Oriental	Objetivo Geral: Aprofundar a temática dos Direitos Humanos, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, a fim de responder uma demanda constitucional. Objetivos Específicos: - Promover a difusão de conhecimento na temática dos Direitos Humanos; - Promover o debate sobre situações de trabalho escravo; - Tratar da violência contra defensores de Direitos Humanos.	CEAF; GEDHA/DPGE/CEAF; PDTSA/PPGHIST/F AHIST - UNIFESSPA; UEPA; CPT.	Organização: Faculdade de História/Mestrado em História (PPGHist/Unifesspa); Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA/Unifesspa); UEPA, Campus VIII/Marabá; CPT de Marabá. Sem certificação
2022	Belém, 04/07/2022	Conferência: Os Direitos Humanos e Quatro Décadas de Escravidão no Pará	Objetivo Geral: Aprofundar a temática dos Direitos Humanos, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, a fim de responder uma demanda constitucional.	CEAF; CAODH; UNIFESSPA.	77

Ano	Local/Data de realização	Título	Objetivos do Evento	Parcerias	Número de inscritos
			Objetivos Específicos: - Promover a difusão de conhecimento na temática dos Direitos Humanos; - Promover o debate sobre situações de trabalho escravo; - Tratar da violência contra defensores de Direitos Humanos.		
2022	Belém, 02/08/2022	Roda de conversa: trajetórias de luta e afeto, escritas no útero da Amazônia Lançamento do livro: “Vozes afroamazônidas: entre rios, terras e afetos”	Realizar o lançamento do livro como estratégia de promoção ao debate sobre questões como racismo estrutural, feminismo negro, transfeminismo e decolonialidade, desigualdades de raça, classe e gênero, entre os servidores e a comunidade em geral.	CEAF; NIERAC/CAODH	66
2022	Belém, 4 e 5/08/2022	Seminário Internacional Políticas Públicas, Desenvolvimento e Povos Tradicionais na Amazônia Temática: Desenvolvimento, Modernidade e Colonialidade na América Latina.	Objetivo Geral: Debater a questão do desenvolvimento, dos Direitos Humanos, dos Direitos da Natureza e dos Povos e Comunidades Tradicionais na Amazônia. Objetivos específicos: I. Analisar as políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento econômico e a garantia e/ou proteção dos direitos dos povos e comunidades tradicionais da Amazônia; II. Evidenciar a importância da compreensão das dimensões da territorialidade para a observação dos Direitos Territoriais dos povos tradicionais; III. Entender as diferentes concepções entre os modos de vida das populações tradicionais e os usos econômicos dos recursos naturais e os conflitos socioambientais.	Realizado em parceria com Grupo de Trabalho; fronteiras, Regionalização e Globalização – Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO); NUPEDD/UFMA; GEPEMSSP/UNIFE SSPA; CPT; e, Justiça nos Trilhos.	391
2022	Belém, em 22/08/2022; Marabá, em 24/08/2022; Jacundá, em 25/08/2022.	Ciclo de Diálogos da Lei Maria da Penha e combate à violência contra a mulher Premiação “Mulheres empoderadas” e “Homens que fazem a diferença”	Busca-se com o evento o aprimoramento e a capacitação permanente de Membros, Servidores e integrantes da Rede de Proteção à Mulher, e a realização de ação efetiva de iniciativa do Ministério Público em alusão ao “agosto lilás”, mês em que são intensificadas as ações de combate à violência contra a mulher. Com o Prêmio “MULHERES EMPODERADAS” visa-se reconhecer as mulheres que realizam trabalhos de proteção à mulher em situação de violência doméstica e/ou que,	CEAF; NÚCLEO MULHER/CAODH.	348

Ano	Local/Data de realização	Título	Objetivos do Evento	Parcerias	Número de inscritos
			de alguma forma, demonstraram distinta relevância em suas respectivas áreas de atuação em prol das mulheres, homenageando-as pela coragem, determinação e dignidade com que construíram suas vidas pessoal, profissional e familiar, tornando-se cada uma delas referência de poder feminino. Com o Prêmio “FAZ A DIFERENÇA” busca-se reconhecer homens que respeitam e incentivam os direitos da mulher, que valorizam e trabalham pela igualdade substancial de gênero e apoiam a ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e nos seus trabalhos, atuam com perspectiva de gênero, tornando-se grandes incentivadores do empoderamento feminino.		
2023	Belém, 08/03/2023	Seminário Mulher: direitos, realizações e empoderamento Em alusão ao Dia Internacional da Mulher	Mostrar à sociedade e aos membros e servidores do MPPA que o Ministério Público do Estado do Pará, através do Núcleo Mulher, busca cada vez mais fortalecer o diálogo com a sociedade e a imagem institucional, bem como trabalha para assegurar maior efetividade dos direitos e garantias das mulheres.	CEAF; NÚCLEO MULHER/CAODH.	146
2023	Evento Online – Transmissão via Plataforma Teams, 14/03/2023	I Calendário Étnico do Estado do Pará	Objetivo Geral: Promover o reconhecimento e a valorização da herança cultural afroindígena na formação social paraense, a partir da visibilização de fatos históricos e de referências simbólicas do movimento/luta de mulheres indígenas e negras do estado do Pará. Objetivos Específicos: - Fornecer um recurso pedagógico para a implementação do Art. 26-A da LDB no estado do Pará. - Favorecer a promoção de medidas reparadoras e de enfrentamento ao racismo; - Fomentar novas políticas de tratamento e garantia dos direitos fundamentais e direitos humanos para mulheres através da cultura. - Empoderar mulheres indígenas e negras a partir da visibilização imagética de elementos étnicos.	CEAF; GEDHA/DPGE/CEAF; NÚCLEO MULHER; NIERAC/CAODH	47

Ano	Local/Data de realização	Título	Objetivos do Evento	Parcerias	Número de inscritos
2023	Terra Santa, 23 e 24/03/2023	2º Fórum de Mulheres do Baixo Amazonas: Seguimos na vida removendo pedras e plantando flores	Objetivo Geral: Tratar dos direitos fundamentais das mulheres e as políticas públicas para o desenvolvimento da saúde, economia, assistência social, participação política das mulheres e defesa contra crimes, especialmente feminicídios. Objetivos Específicos: - Promover o debate sobre o papel das políticas públicas com relação a mulheres no âmbito do MPPA; - Favorecer a promoção de medidas reparadoras de enfrentamento ao crime que tem vítimas mulheres; - Fomentar novas políticas de tratamento e garantia dos direitos fundamentais e direitos humanos para mulheres na região do Baixo Amazonas.	CEAF; NIERAC/NUCLEO MÚLER- CAODH; AOMTBAM; AMTMO; Movimento de Mulheres de Terra Santa; Diocese de Óbitos	13
2023	Juruti, 28/03/2023	Oficina de Formação Sociopolítica e Jurídica dos Direitos da Mulher de Juruti	Capacitar as conselheiras municipais de direitos da mulher sobre a história dos direitos da mulher, participação política, funcionamento do conselho municipal da mulher e legislação em vigor específica para as mulheres.	CEAF; Promotoria de Juruti/MPPA.	28
2023	Formato Virtual, 04 e 05/05/2023	Seminário Internacional Ministério Público e Direitos Humanos na Amazônia Temática: Agenda 2030 e Ministério Público: Políticas Públicas e o acesso à justiça na Amazônia Evento de Lançamento do Observatório Amazônia – Expresso DH, formalizado pelo Termo Cooperação Técnica nº32023-GPGJ, entre o MPPA e o MPMA.	Objetivo Geral: Analisar o contexto socioambiental e o cumprimento da Agenda 2030 na Amazônia, com foco na questão do Desenvolvimento, dos Direitos Humanos, dos Direitos da Natureza e Defensores dos Direitos Humanos. Objetivos específicos: I. Analisar a situação dos direitos humanos e o acesso à justiça no contexto de conflitos agrários e fundiários na Amazônia; II. Analisar as políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento econômico e a garantia e/ou proteção dos direitos dos povos e comunidades tradicionais da Amazônia; III. Evidenciar a importância da compreensão das dimensões da territorialidade para a observação dos Direitos Territoriais dos povos tradicionais; IV. Entender as diferentes concepções entre os modos de vida das populações tradicionais e os usos econômicos dos recursos	Realizado em parceria CEAF/MPPA; ESPM/MA; NUPEDD/UFMA; GEPAM/ACADEPOL; GEPEMSSP/UNIFESSPA; GEDMMA/UFMA; LACAM/UNIFESSPA; DataSET/UNIFESSP; NEILS/PUC-SP.	760

Ano	Local/Data de realização	Título	Objetivos do Evento	Parcerias	Número de inscritos
			naturais e os conflitos socioambientais.		
2023	Marabá, 13 e 14/06/2023	Encontro Regional Sul e Sudeste do Pará: a questão dos direitos humanos e dos direitos da natureza Evento de Lançamento do Termo de Cooperação nº002/0022-MPPA/UNIFESSPA.	Objetivo geral: Concretização do Observatório e da Rede Estadual de Direitos Humanos (metas do Projeto Expresso DH) Objetivos específicos: I Promover a aproximação dos movimentos sociais e o CAODH/MPPA; II Identificar demandas oriundas dos movimentos sociais e de defensores dos direitos humanos; III Produzir um relatório sobre a situação dos direitos humanos na região (Relatório nº001/2023 – GEDHA/DPGE/CEAF/MPP).	Realizado em parceria entre o CEAF/MPPA; a UNIFESSPA e a CPT.	335
2023	Paragominá, 20/06/2023	Roda de Conversa com Mulheres Indígenas	Objetivo geral: Destacar na palestra através de reflexões o papel da mulher indígena nesse novo tempo acerca de lutas, identidade, território, cultura, memória e história. Objetivos específicos: - Fomentar o diálogo entre as mulheres indígenas que residem em Belém vindas de aldeia e outras cidades a fim de contribuirmos com políticas públicas que venham beneficiá-las. - Fortalecer a rede de mulheres indígenas compreendendo a necessidade de melhor ajudá-las na busca por seus direitos. - Proporcionar uma troca de saberes entre mulheres indígenas, pesquisadoras e demais pessoas interessadas em pensar e refletir ações afirmativas que venham a contribuir com as mulheres indígenas.	CEAF; NÚCLEO MULHER/CAODH	12
2023	Canal do CEAF, 30/06/2023	MPPA: orgulho em defender direitos Live: A atuação do MP na garantia de direitos da população LGBTI+	Atingir o maior número de pessoas da sociedade civil para esclarecer acerca da atribuição do Ministério Público na proteção de direitos da comunidade LBGTQIA+.	CEAF; GT LGBTI+/CAODH	64
2024	Belém, 22 e 23/04/2024	II Seminário Ministério Público e Direitos Humanos na Amazônia Temática: O desenvolvimento e a questão territorial: povos tradicionais e emergências climáticas, perspectivas para a COP 30. Projeto Expresso DH Plano de Trabalho vinculado ao	Objetivo Geral: Promover o debate sobre a proteção e a concretização de todos os direitos humanos na Amazônia e debates com perspectivas para a COP 30. Objetivos específicos: - Debater a questão socioterritorial e estratégias de atuação do MP nos conflitos agrários e fundiários que	GEDHA/CEAF; Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESPM/MP); Grupo de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos e Interseccionalidades na Amazônia (GEPIDA/ESPM-MP/CNPq).	289

Ano	Local/Data de realização	Título	Objetivos do Evento	Parcerias	Número de inscritos
		Termo de Cooperação Técnica nº32023-GPGJ. DOE nº35.280, de 7 de fevereiro de 2023.	envolvam populações tradicionais; - Debater a emergência climática e sua interação no contexto da Amazônia e dos povos e comunidades tradicionais; - Debater políticas públicas de fortalecimento de um padrão de desenvolvimento com responsabilidade socioambiental, levando em consideração as especificidades dos territórios da Amazônia e dos seus povos; - Construir práticas estratégicas de ação frente às emergências climáticas, com protagonismo social.		
2024	Barcarena, 14/06/2024	Encontro Regional construindo pautas para a COP 30: Direitos e Políticas Públicas Quilombolas - Por um Estado pluriétnico Projeto Expresso DH Obs. Evento em desdobramento do II Seminário Ministério Público e Direitos Humanos na Amazônia	Objetivo Geral: Promover o debate e concretização do Estado de Direito Pluriétnico, com foco na sustentabilidade social, ambiental e econômica - articulando pautas para a COP 30 e construindo estratégias para promover o acesso aos Direitos Fundamentais aos povos e comunidades tradicionais da Amazônia paraense. Objetivos específicos: Os mesmos do II Seminário Ministério Público e Direitos Humanos na Amazônia.	GEDHA/CEAF, NIERAC, o NAF e as comunidades quilombolas: Gibríe de São Lourenço; São Sebastião de Burajuba; Sítio São João; Ramal Cupuaçu; e, Sítio Conceição.	47
2024	Belém, 27/09/2024	Oficina de Aperfeiçoamento: Atuação do Ministério Público junto a povos e comunidades tradicionais Temática: Garantia de direitos e promoção de políticas públicas na Amazônia paraense. Projeto Expresso DH Resolução CNMP nº230, de 8 de junho de 2021, que disciplina a atuação do Ministério Público brasileiro junto aos povos e comunidades tradicionais. Recomendação nº 54, de 28 de março de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de fomento à atuação resolutive do Ministério Público brasileiro.	Objetivo Geral: Construir perspectivas para atuação resolutive do Ministério Público junto a povos e comunidades tradicionais, visando garantir direitos e promover políticas públicas na Amazônia paraense. Objetivos específicos: - Construir estratégias para a construção do diálogo intercultural permanente, de caráter interseccional entre o MP e os povos e comunidades tradicionais; - Promover políticas públicas destinadas aos povos e comunidades tradicionais a partir de concepções do etnodesenvolvimento; - Construir estratégias de atuação que observe as especificidades socioculturais dos povos e comunidades tradicionais da Amazônia.	NAF, GEDHA, NIERAC, GATI/CAOTEC, Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG/MCTI). Equipe NAF; Integrantes do GEDHA; Equipe do GATI; Equipe NIERAC; Pesquisadores do MPEG.	30
2025	Belém, 26/06/2025	Seminário Regional: “Políticas Públicas, Conflitos Socioambientais e a atuação do Ministério	Objetivo Geral: Promover o debate com compartilhamento das experiências e articulação interinstitucional na matéria	GEDHA-CEAF; NAF; CAODH; CAOMA/MPPA; CAOMA/MPAP.	21

Ano	Local/Data de realização	Título	Objetivos do Evento	Parcerias	Número de inscritos
		Público na região do Vale do Jari" Lançamento da adesão do MPAP ao Projeto Expresso DH. Evento vinculado ao 1º Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnico-Científico nº22/2022-MPPA/MPAP.	fundiária, agrária e ambiental entre o MPAP e o MPPA. Objetivos específicos: - Fomentar a troca de experiências em temáticas de interesse entre os partícipes do termo de cooperação nº022/2022; - Promover a articulação e atuação conjunta entre os órgãos ministeriais na temática agrária e ambiental; - Subsidiar a elaboração de uma nota técnica conjunta na temática do seminário.		
Total					2674

5. REFORMULAÇÃO E RENOVAÇÃO DO PROJETO EXPRESSO DH

Nome da prática: Expresso DH 2ª Edição: Inovação e Tecnologias Emergentes

Coordenadores do Projeto no âmbito do MPPA:

José Edvaldo Pereira Sales. Diretor-Geral do CEAF/MPPA

Luziana Barata Dantas. Coordenadora do CAODH/MPPA

Objetivo Geral: Aprofundar a temática dos Direitos Humanos, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, a fim de responder a uma demanda constitucional, sob a perspectiva de inovações e novas tecnologias.

Nova logo:

